

NEOLIBERALISMO: UMA BASE SUBJETIVA E OBJETIVA PARA O POPULISMO

NEOLIBERALISM: A SUBJECTIVE AND OBJEC- TIVE BASIS FOR POPULISM

Willian Lopes Izaguirre¹

Resumo: O populismo está presente no cenário político atual em uma vertente moderna associada ao neoliberalismo. O objetivo deste trabalho está em associar os impactos subjetivos produzidos pelas políticas neoliberais no indivíduo, principalmente o sentimento de concorrência e a visão do trabalho como uma fonte de lucro e, não mais de troca, com a ascensão do populismo de direita na década passada como resposta às crises do próprio sistema capitalista, muito devido a inefici-

ência da esquerda política em oferecer respostas contundentes. A metodologia escolhida está na associação crítica de textos de Foucault, Dardor, Laval e Ruzza, em que será promovido um diálogo entre aspectos subjetivos do indivíduo e a estrutura macro da política atual.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Deslocamento subjetivo. Populismo.

Abstract: Populism is present in

¹ Formado em História pela Universidade Estadual de Maringá no ano de 2013, em Filosofia pela Universidade Paranaense. Pós-graduado lato sensu no Ensino de Filosofia e Sociologia na Faculdade Alfa e pós-graduando stricto sensu em Educação pelo Instituto Ibérico

the current political scenario in a modern way associated with neoliberalism. The objective of this work is to associate the subjective impacts produced by neoliberal policies on the individual, mainly the feeling of competition and the vision of work as a source of profit and, no longer of exchange, with the rise of right-wing populism in the last decade as a response to the crises of the capitalist system itself, largely due to the inefficiency of the political left in offering strong answers. The methodology chosen is based on the critical association of texts by Foucault, Dardor, Laval and Ruzza, in which a dialogue between subjective aspects of the individual and the macro structure of current politics will be promoted.

Keywords: Neoliberalism. Subjective displacement. Populism.

INTRODUÇÃO

O termo política, na sua definição clássica, atribui a arte de governar a cidade (politeia no grego significa procedimentos relativos à cidade-estado). Um dos primeiros pensadores a explicar o termo foi o filósofo Aristóteles em sua obra consagrada “Política”. Em seu livro, ele define o tema como a forma correta de se alcançar a felicidade. Para isso, os governantes deveriam respeitar as leis e serem justos.

Mas, para que um Estado seja bem organizado politicamente, não basta que tenha boas leis, se não cuidar da sua execução. A submissão às leis existentes é a primeira parte de uma boa ordem; a segunda é o valor intrínseco das leis a que está submetido.

Com efeito, pode-se obedecer a más leis, o que acontece de duas maneiras: ou porque as circunstâncias não permitem melhores, ou porque elas são simplesmente boas em si, sem convir às circunstâncias. (ARISTÓTELES, p. 18).

Já o termo populismo se atribuí ao uso contínuo do termo povo (do latim *populus*), do qual o líder reivindica para si a representação de líder máximo, o único capaz de conduzir a nação ao caminho correto contra os inimigos externos e principalmente internos. Ocorre a adoção de um tom messiânico, sem qualquer compromisso com a verdade, o populista diz dar voz a população em um discurso do ódio, independentemente da variante econômica adotada.

O populismo abran-

ge uma pluralidade de fenômenos e apresenta uma mescla de elementos conservadores, liberais, fascistas, nacionalistas e até socialistas, prevalecendo um outro elemento, conforme a situação política e econômica de cada país. Ele não tem uma base social especial ou uma orientação ideológica particular, se constrói em um não terreno, opera numa realidade social heterogênea e flutuante, desafia uma normalidade política e social que se apresenta em crise, articula demandas sociopolíticas fragmentadas e deslocadas rumo a alguma forma de unidade. (RUZZA, 2021, p. 14).

A ciência política e econômica liberal tem como maiores



expoentes Adam Smith na obra clássica “A Riqueza das Nações”, John Locke e David Ricardo, apresenta como fundamento a separação da lógica do Estado da lógica econômica. Basicamente a não interferência do Estado nos meios estratégicos econômicos e de produção, sendo teoricamente devolvido ao indivíduo sua liberdade.

Este trabalho terá como objeto de estudo as influências que o liberalismo e o neoliberalismo promove nos aspectos subjetivos do indivíduo trazidos por Foucault, Dardot e Laval, que impacta no sentido coletivo da sociedade e no enfraquecimento das instituições republicanas, o que abre espaço consequentemente como defende Ruzza (2001), o surgimento de movimentos populistas, muitas vezes paradoxalmente totalitários, de direita, como pode ser observado

na Hungria, Turquia, crescimento na França e mais recentemente nos Estados Unidos e no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

A obra “Microfísica do Poder” de Michel Foucault, publicada no ano de 1978, remete que as estruturas concretas de poder não estão nas relações de governantes com os governados, mas sim nas relações cotidianas familiares, de sexo, trabalho, educação e de trocas comerciais que influenciam o macro poder e também são influenciadas por ele DARDOR & LAVAL (2010).

A concepção de Foucault de que o indivíduo é transformado em empresário de si mesmo constitui o cerne do liberalismo e principalmente do neoliberalismo, também é abordado por Dardor e Laval:

A concepção que ve

a sociedade como uma empresa constituída de empresas necessita de uma nova norma subjetiva, que não é mais exatamente aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais. O sujeito neoliberal em formação, do qual gostaríamos de delinear aqui algumas das características principais, e correlato de um dispositivo de desempenho e gozo que foi objeto de inúmeros trabalhos. Não faltam hoje descrições do homem “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluido”, “sem gravidade”. Esses trabalhos preciosos, e muitas vezes convergentes, no cruzamento da psicanálise com a sociologia, revelam uma condição nova do homem, a qual, para alguns, afetaria

a própria economia psíquica. (DARDOR & LAVAL, 2010, p. 321).

Tanto o liberalismo, quanto o neoliberalismo não podem ser compreendidos apenas através de aspectos econômicos, ou exclusivamente pelo feitiço da mercadoria presente na obra marxista. O liberalismo prega a ausência do Estado na economia, o que cria uma subjetividade pautada, considerando os preceitos da ética utilitarista dos ingleses, na felicidade, ou melhor, na busca pela felicidade como define Bentham em seu Panóptico, o que resulta necessariamente na falta de algo que deve ser adquirido através do trabalho ou do consumo. Por outro lado, o neoliberalismo presente basicamente a partir da década de 70 do século passado, principalmente após a crise do Estado de bem estar

social (welfare state), defende a existência de um Estado vigilante a favor do mercado, ou seja, voltar seu aparato administrativo e jurídico a favor do mercado, principalmente o mercado financeiro. Logo, não basta apenas a inércia estatal em assuntos relacionados a aspectos econômicos, mas sim a interferência desse como regulador jurídico favorável as políticas neoliberais. A estrutura neoliberal promove alterações na microfísica do poder, o que promove um ideal de “eu” distinto, remetendo o narcisismo freudiano, em que as relações sociais migram das trocas em uma essência de equivalência para um ideal de concorrência, sendo a desigualdade naturalizada, desejada e controlada por marcos contratuais reguladores que punem os infratores DARDOR & LAVAL (2010).

Se existe um novo

sujeito, ele deve ser distinguido nas práticas discursivas e institucionais que, no fim do século XX, engendraram a figura do homem-empresa ou do “sujeito empresarial”, favorecendo a instauração de uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo. Alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado implica necessariamente um devir-outra dos sujeitos. O homem benthamiano era o homem calculador do mercado e o homem produtivo das organizações in-

dustriais. O homem neoliberal o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial. Foi dessa transformação que se falou nas páginas precedentes. (DARDOR E LAVAL, 2010, p. 322).

Notoriamente, ocorre um deslocamento da noção de trabalho presente no liberalismo clássico através da tríade: terra, capital e trabalho, em que o último elemento da tríade é deixado em um segundo plano, inclusive classificado por Marx como a venda, ou seja, mercadorização humana. Foucault remete o neoliberalismo a utopia que foi posta em prática, para isso o trabalho passa a ser uma conduta econômica praticada e racionalizada por aquele que trabalha, não mais venda da força laborativa, mas

sim como definido por Hayek algo gerador de lucro e liberdade, o que resulta na inversão da perspectiva marxista.

A partir de então, diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou, simplesmente, neossujeito⁴. Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis - metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso,

deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui. As grandes proclamações a respeito da importância do “fator humano” que pulsaram na literatura da neogestão devem ser lidas à luz de um novo tipo de poder; não se trata mais de reconhecer que o homem no trabalho continua a ser um homem, que ele nunca se reduz ao status de objeto passivo; trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário e o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colabo-

rador” da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele e o alvo do novo poder. (DARDOR E LAVAL, 2010, p. 327).

O neoliberalismo dentro do campo social, político e econômico se pautou no modelo elaborado pelo economista da Escola de Chicago Milton Friedman, no qual o Estado retira paulatinamente seu corpo de políticas públicas da sociedade, substituindo-o pela liberação progressiva de capital nas mãos da população, sem qualquer interferência e orientação no destino dos recursos financeiros empregados. Assim, segundo os neoliberais seria respeitado o direito de liberdade individual, cabendo ao Estado o papel de defensor da propriedade privada, modelo este de Estado Civil presente no filósofo contra-

tualista inglês do século XVII, John Locke. A promessa inicial foi de progresso e de prosperidade, mas como elenca Ruzza (2021), o resultado foi diferente do prometido:

O resultado foi: aumento de desigualdades, redução das taxas de crescimento, estagnação do padrão de vida, financeirização da economia, pessimismo quanto ao futuro, polarização social, abandono de princípios cívicos e republicanos. Porém, a esquerda não soube dar uma resposta à altura, como mostraremos mais adiante. (RUZZA, 2021, p. 87).

A política neoliberal foi implantada com maior ênfase por volta de 1980 nos governos de Reagan e Thatcher, em que ocorreram transformações sociais e no

mercado de trabalho, com algum melhoramento nos índices econômicos, porém com um preço alto pago pelas classes populares. Após a queda do Muro de Berlim (1889) e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991), o sistema neoliberal ficou sem rivais ideológicos, o que permitiu a implantação mais ágil de seu programa de privatizações no intuito de aumentar a eficiência e diminuir a corrupção em setores estratégicos, mudança de fábricas para localidades com mão de obra mais barata, livre circulação de mercadorias e de pessoas, em que se acelerou o processo de globalização, por fim, a manutenção do desemprego estrutural para desestimular movimentos operários (RUZZA, 2021).

Outro ponto que merece destaque no neoliberalismo é a crença irrestrita no mercado como forma de trazer progresso,

não levando em consideração a questão social, usa-se uma razão instrumental que põe o mercado acima de todos.

Outra característica do neoliberalismo é a prioridade do mercado e do sistema financeiro. A crença no mercado parece quase que religiosa; é autoritária porque não deixa alternativas; é a encarnação da razão estrutural pela qual o mundo domina o indivíduo, contra a pretensão de dominar o mundo. Porém, o mercado livre, sem regras e sem limites que só o Estado pode estabelecer, traz a lei da selva, a lei do mais forte. Esquece que economia não é desligada da sociedade e que ela deve estar a serviço do progresso para todos. (RUZZA, 2021, p. 89).

Através de um processo de individualização citado anteriormente, a economia neoliberal destruiu o sentimento de pertencimento a classe trabalhadora, o que resultou no enfraquecimento de sindicatos e entidades classistas. Entre as consequências desse enfraquecimento, pode ser visto como resultado a desindustrialização, terceirização, perda de empregos pelo uso supramassivo de tecnologia, atomização, precarização e disseminação do trabalho desregulado, desvalorização e perdas salariais, além de um fruto da pandemia, o home office, que deixa os trabalhadores mais isolados.

Assim, tudo foi submetido ao mercado e ao lucro, sendo a questão social substituída pela meritocracia, fator que encaixa perfeitamente com a subjetivização concorrencial proposta por Foucault, em que o fracasso

individual é fruto da preguiça e da incapacidade como uma espécie contemporânea de darwinismo social. Assim, cria-se espaço para o conceito de vencedores e perdedores, logo, seguindo essa lógica, programas sociais são desnecessários e até mesmo indesejáveis, pois promovem acomodação e corrupção do sujeito (RUZZA, 2021). A defesa do Estado Mínimo que não educa e não protege tem como resultado a substituição do Estado por um conjunto de igrejas evangélicas, principalmente as de origem neopentecostal e, também de milícias e grupos de extermínios de marginalizados. Instituições que reforçaram o status quo e provocam um processo anomia social, em que o Estado não pode gastar em programas de recuperação e inclusão social.

A consequência foi um Estado enxuto,

sem controle das atividades econômicas, porque elas, quando feitas pelos órgãos estatais, seriam “irresponsáveis”, isto é, gastariam dinheiro acima das possibilidades, por causa da corrupção ou da assistência social. A ordem é manter as contas públicas em dia, a qualquer custo. Os neoliberais entendem que o Estado é ineficiente; para resolver os problemas, cortam os seu gastos; com pouco dinheiro no orçamento, ele para de funcionar e se torna mais ineficiente (no trato de escolas, hospitais, estradas); para torná-lo viável, é recomendada como outra rodada de cortes, num processo infinito. (RUZZA, 2021, p. 92).

A esquerda política e

econômica, por sua vez se sentiu derrotada após a queda da URSS, em que aceitaram a redução do Estado de bem estar social, consequentemente a deterioração dos serviços públicos em prol de um ajuste fiscal que favoreceu exclusivamente a camada mais alta da população.

Sua pauta moral ficou satisfeita com o avanço em temas sociais como: aborto, feminismo, divórcio, diversidade, sexualidade, tolerância religiosa etc. Pautas em que a ala progressista do neoliberalismo também empregou em seus programas de governo, principalmente as que podem render lucros. Assim, não combateu o que realmente deveria combater, as políticas econômicas neoliberais. E o pior, permitiu o enfraquecimento dos sindicatos representativos do trabalho e do trabalhador.

Eles deixaram de

criticar as corporações transnacionais, de valorizar a democracia participativa e inclusiva, de atacar a política de austeridade. Enfraquecida pela fragmentação de sua base social, a esquerda passou a impressão de não ter uma proposta alternativa melhor que a direita, e de ficar ligada a velhos esquemas sociais e a soluções fracassadas. (RUZZA, 2021, p. 96).

Outro ponto fundamental que precisa ser combatido pela esquerda não está atrelado a pontos subjetivos como cálculos e teorias econômicas, mas sim a aspectos psicológicos como o ressentimento e o sentimento de inveja. Logo, o homem em condições desfavoráveis do ponto de vista econômico e social é

acometido por um sentimento de ódio e de fracasso que pode ser facilmente utilizado por políticos demagogos que apresentam soluções mágicas e um projeto de vingança, em que são estabelecidos inimigos, algumas vezes externos, mas na maioria dos casos, interno, passo irreversível na direção de um populismo de direita que não desloca o poder das classes dominantes e promete uma redenção moral como fator aglutinador.

A crise do neoliberalismo de 2008 não resultou em propostas progressistas e tão pouco conservadoras do capitalismo clássico. A extrema direita populista se aproveitou da ausência de líderes e propostas das esquerda para sedimentar um programa em que jogou a população contra si mesma, principalmente a partir de 2016, em que a era da fragmentação ficou evidenciada.

Ressalta-se que houve pequenas mudanças de programa conforme as especificidades de cada país.

No caso do Brasil, que vinha apresentando um certo nível de prosperidade, passando por dois governos de Fernando Henrique Cardoso, dois governos de Luís Inácio da Silva e um governo de Dilma Rousseff, viu, através de uma crise econômica no segundo governo Dilma, os alicerces para a escalada de um regime populista de direita. O Partido dos Trabalhadores (PT) é considerado o único responsável pela crise e pela corrupção que assolou o país, sendo esquecido o passado histórico e os problemas de corrupção estruturais. Assim, a direita se uniu e apoiou a chegada ao poder de Jair Messias Bolsonaro (Ruzza, 2021).

A pobreza e desigualdade, fruto do pensamento subjetivo como vimos anteriormen-

te, passaram a ser naturalizadas através de um discurso de ódio e segregação.

Em suma, a pobreza e as desigualdades foram naturalizadas. Porém, é justamente desta situação de fracassos e decepções, que os populistas brasileiros tiraram vantagens com um tom agressivo, apostando no nacionalismo barato, nas mentiras mais incríveis espalhadas pelas redes sociais, no discurso anticientífico, na guerra aberta ao inimigo pretensamente infiltrado nas áreas educacionais e culturais (que agora estão sendo esvaziadas), no conservadorismo moral e religioso da população em todas as suas classes. (RUZZA, 2021, p. 115).

O apoio dos setores conservadores, somado a alguns gru-

pos de empresários que através do enfraquecimento da República oriundo das políticas neoliberais tiveram seus interesses atendidos, praticamente foi irrestrito.

Isso permitiu ao jornalista Ruy Castro a fazer uma longa lista de seus apoiadores: madeireiros e garimpeiros, bancadas parlamentares do boi e da bala, deputados oportunistas da “velha política” (o “centrão”), assessores prontos a ceder parte do salário na “rachadinha”, lobistas, intelectuais conservadores ou fascistas, juízes complacentes, advogados corruptos, milicianos, policiais violentos, militares saudosistas da ditadura, fabricantes de armas, pastores evangélicos tradicionalistas, negacionistas de teorias científicas de fatos históricos, linchado-

res virtuais, donos de canais de TV e rádio, jogadores de futebol e cantores sertanejos com seus fanáticos admiradores, pessoas com todo tipo de preconceito. E pessoas em boa fé, que acham que a corrupção acabou e os interesses nacionais são bem defendidos. (RUZZA, 2021, p. 115-116).

Aqui cabe a consideração de como a classe média enxerga política entre “roubar” e “não roubar”, não observando ideologias políticas, econômicas e sociais das mais variáveis vertentes. Outro fato que merece destaque, que mesmo com a subjetivização e o individualismo, a necessidade de um líder forte que mantenha os interesses dos privilegiados inatingíveis permanece presente. É o que Hannah Aren-

dt classificou como ralé, em que parte da população deseja um líder incondicional e não meramente um representante político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo promoveu alterações subjetivas nas relações humanas, principalmente no campo do trabalho. A ideia de equivalência foi permutada pela ideia de concorrência e, conseqüentemente surge a subjetividade da naturalização da desigualdade em uma espécie genuína de darwinismo social.

Já na esfera econômica, o programa de privatizações, abertura de capitais e o enfraquecimento das instituições republicanas promoveu uma mudança significativa na

estrutura e na proteção do trabalho. Com o processo de

desindustrialização, automação e atomização do trabalho, a representação das entidades de classe e sindicais sofreram uma perda de legitimidade perante aos trabalhadores. Conseqüentemente, somado ao mundo digital, houve uma perda do sentimento e da identidade de classe ou de grupo, também um processo de atomização e liquefação social.

O resultado da alteração da microfísica do poder promoveu uma revolta da extrema direita em cenário global, contra os ideais progressistas iluministas, mantendo-se conservadores nos costumes e neoliberais na economia, sempre mantendo o interesse das elites priorizados. Ao se utilizar da subjetividade concorrencial, os populistas conseguiram incitar a população contra ideais de igualdade, promovendo o ódio como as minorias e também contra as camadas da população me-

nos favorecidas. Como resultado, a ascensão de Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos Estados Unidos da América.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ARISTÓTELES. Política. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

DARDOR & LAVAL, Pierre & Christian. A Nova Razão do Mundo. Editions La Dtcouvenc. Paris, 2010.

RUZZA, Antonio. Dois Ensaio: populismo e antissemitismo. Editora Fibra. Jundiaí – SP, 2021.